Telefonia prevê faturar R$ 10 bi com TV digital
Helton Posseti e Rafael Godoi

A queda-de-braço travada pelas operadoras de telefonia móvel em torno da definição do padrão de TV digital para o País deve-se ao fato de que, no mínimo, o novo modelo deve gerar uma receita adicional de R$ 10 bilhões aos seus cofres, caso o modelo aprovado seja o de seu interesse: o europeu. A conta feita por especialistas refere-se à tarifação e ao ganho em publicidade e serviços que essas empresas teriam com a comercialização de conteúdo das emissoras de TV e também de outros desenvolvedores.

"É uma briga de foice", resume Richad Dubois, da Consultoria Trevisan . "Essa é apenas uma batalha dentro da guerra maior da chamada convergência digital, que derruba qualquer tipo de barreira na transmissão e produção de conteúdo", afirma.

De um lado, as emissoras de televisão defendem que o padrão adotado seja o japonês (ISDB) porque ele permite segmentar seu sinal de forma a fazer diferentes transmissões, inclusive para receptores móveis, e sem custo. Assim, uma emissora poderá transmitir a mesma programação em definição standard (que tem resolução de imagem média), em alta definição e em baixa definição (esta última, especificamente para a recepção móvel). O padrão europeu (DVB) também permite a segmentação do sinal; no entanto, não apresenta bom rendimento para a transmissão móvel.

A saída encontrada, então, foi criar um novo membro da "família" DVB, chamado DVB-H, que serve especificamente para a recepção móvel. Trata-se de uma nova transmissão, fora do espectro do VHF e do UHF, e demanda uma outra infra-estrutura. Esta, muito provavelmente, será a das estações rádio-base das operadoras de telefonia celular — ou seja, no primeiro caso a transmissão fica com os radiodifusores e, no segundo caso, com as operadoras de telefonia celular.

O temor dos radiodifusores é a concorrência das operadoras no mercado de transporte e de distribuição de conteúdo. Contra essa possibilidade o principal argumento é que, para entrarem nesse mercado, as operadoras móveis teriam de se submeter às regras constitucionais sobre o limite para a participação do capital estrangeiro (em até 30%), além de obrigações e responsabilidades editoriais, entre outras.

Hoje a maioria das teles fixas e celulares são controladas por empresas estrangeiras, com exceção da Telemar (e Oi), da Sercomtel e da CTBC Telecom.

"A comunicação social está contemplada pelo artigo 5° da Constituição que reserva a brasileiros a transmissão de conteúdo de interesse público. O papel da telefonia é outro", defende-se José Pizani, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Outro argumento da entidade é que com a participação das operadoras de celular na transmissão desses dados, o conteúdo deixaria de ser gratuito. "A comunicação social é um bem dos brasileiros e, portanto, ela deve permanecer gratuita como sempre foi. Não acredito que qualquer governo pode tirar o direito do povo brasileiro de assistir à TV gratuitamente", Afirma Pizani.

A Telebrasil — associação que reúne as operadoras de telefonia fixa e celular —, que enviou uma carta ao presidente Lula reivindicando o acesso das operadoras de telefonia a parte excedente do espectro, afirma que é necessário discutir o modelo de serviços e de negócios que a TV digital oferece ao País.

"Hoje o espectro de transmissão eletromagnética é todo ele usado para a radiodifusão; o que nós questionamos é que com a digitalização a parte excedente pode ser usada de diferentes formas. Isso tem de ser discutido", afirma César Rômulo, superintendente executivo da Telebrasil.

Segundo ele, outros serviços podem ser providos pelo espectro excedente, como TV por assinatura, por exemplo. "Esse padrão [japonês] tem um modelo de serviços e de negócios que ninguém sabe qual é", critica.

A Telebrasil entende que, em função do interesse público, é necessário que haja uma re-licitação do espectro excedente, "pois é um bem público e escasso", diz Rômulo.
Quanto à entrada da Câmara dos deputados na discussão e o conseqüente atraso na definição do modelo ele diz que "foi ótimo". "Ganhamos tempo para que nossa reivindicação seja discutida", diz.

Na opinião de Daniel Domenegueti, especialista em telecomunicações da consultoria E-consulting , a investida das operadoras é um movimento "óbvio e esperado". "O mercado de voz está se comprimindo, as margens estão cada vez menores. As operadoras têm de migrar para o VoIP [voz sobre Protocolo Internet] e o serviço de dados que tem um valor agregado muito maior", diz ele.
"Este é o cenário imposto pela convergência digital, onde empresas de diferentes tipos competem no mesmo mercado, que é o de transmissão de voz e dados, sendo que voz já está virando uma commodity", completa.

Para Ethevaldo Siqueira, especialista no setor de telecomunicações, as emissoras querem fazer a transmissão diretamente para aumentarem a audiência, enquanto as operadoras de telefone celular vislumbram a possibilidade de agregar um novo serviço.

"Tudo isso tem de ser discutido. As partes devem sentar-se e entrar em acordo, até porque esse negócio está muito mais paras as operadoras que para as emissoras, já que ninguém vai ficar uma hora assistindo novela pelo celular e nem há tecnologia para isso". Ele defende que o modelo adequado seria o da transmissão de conteúdos "compactos e pontuais".

Leia Mais

Anatel está fora da decisão

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) informa apenas que a decisão quanto a cobrança da transmissão é uma decisão de governo, assim como a quem caberá o direito de transmissão do sinal digital.

À agência coube, no ano passado, a conclusão do Plano Básico de Distribuição de Canais Digitais (PBTVD). De acordo com o estudo, poderão, no primeiro momento, ser disponibilizados no Brasil 1.893 canais, em 296 localidades, o que na prática envolve um mercado consumidor de 110 milhões de brasileiros. Essa população é atendida por estações retransmissoras de TV e está concentrada basicamente em cidades com mais de cem mil habitantes.

O estudo realizado pela agência, independe do padrão a ser adotado pelo governo para transmissão da TV Digital. Levou em consideração apenas a possibilidade de segmentação do canal de 6 MHz, além da prevenção da interferência mútua entre os canais analógicos e digitais, o que na prática garante a transmissão para todos os consumidores independentes do padrão utilizado. O estudo também prevê a utilização de set-up box.

Fonte: DCI, São Paulo, 10 fev. 2006, Serviços, p. B-1.